ISSN: 2358-8829

INCLUSÃO ESCOLAR E REDES DE APOIO: DESAFIOS NA ARTICULAÇÃO ENTRE ESCOLA, FAMÍLIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO TEA

Beatriz Estevan Pereira[1]

Gisele Lopes Guerra Gaspar[2]

Tatiana Barradas de Souza[3]

Paola Roberta Cantalejo Andrade[4]

Edicléa Mascarenhas Fernandes [5]

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) requer condições que assegurem sua participação e aprendizagem, além do acesso à matrícula. Na perspectiva da Educação Especial inclusiva, esse direito envolve a oferta de apoios educacionais especializados, recursos pedagógicos e práticas que considerem as necessidades dos estudantes, bem como a identificação e eliminação das barreiras presentes no cotidiano escolar.

No Brasil, a Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, constituem marcos legais para a garantia desses direitos. Entretanto, a existência de dispositivos legais não assegura, por si só, que os apoios necessários estejam disponíveis ou que a inclusão se concretize nas experiências dos estudantes e de suas famílias.

A relação entre escola e família contribui para o acompanhamento da escolarização e para a construção de estratégias que favoreçam a participação dos

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Comunicação e Cultura da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ) - RJ, beatriz.estevanpereira@gmail.com;
[2] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Comunicação e Cultura da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ) - RJ, giza.guerra@gmail.com;
[3] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Comunicação e Cultura da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ) - RJ, tbarradas@gmail.com;
[4] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Comunicação e Cultura da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ) - RJ, profepaolaroberta@gmail.com;
[5] Professora orientadora: Doutora em Ciências pela FIOCRUZ, Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Comunicação e Cultura da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ) - RJ, professoraediclea.uerj@gmail.com.

estudantes. Esse processo também se relaciona ao acesso a serviços de saúde, assistência social e outras formas de apoio, considerando que as necessidades das pessoas com TEA não se restringem ao ambiente escolar. As dificuldades encontradas pelas famílias na busca por atendimentos, informações e direitos evidenciam a importância de discutir a articulação entre esses setores.

Nesse contexto, conhecer as experiências de mães/cuidadoras de pessoas com TEA na Baixada Fluminense permite examinar as barreiras percebidas na escolarização, as dificuldades de acesso aos serviços e as formas de apoio construídas pelas famílias.

A questão que orienta este artigo é: como as experiências relatadas por mães/cuidadoras de estudantes com TEA na Baixada Fluminense evidenciam os desafios da articulação entre escola, família, redes de apoio e políticas públicas para a efetivação da inclusão escolar?

O objetivo geral consiste em analisar, a partir das experiências relatadas por mães/cuidadoras de estudantes com TEA na Baixada Fluminense, os desafios da articulação entre escola, família, redes de apoio e políticas públicas no processo de inclusão escolar. Especificamente, busca-se identificar os desafios relacionados à oferta de apoios educacionais, aos recursos pedagógicos e ao acompanhamento da escolarização; examinar as dificuldades percebidas pelas famílias no acesso aos serviços especializados e suas avaliações sobre as políticas públicas voltadas às pessoas com TEA; e analisar a importância das redes de apoio e das estratégias construídas pelas mães/cuidadoras diante das barreiras encontradas no processo de inclusão escolar.

O artigo apresenta um recorte de uma pesquisa de mestrado desenvolvida na Baixada Fluminense, com 139 participantes que responderam a um questionário on-line e uma roda de conversa realizada em cinco encontros. A análise privilegia as respostas abertas do questionário e as narrativas produzidas na roda de conversa, utilizando dados quantitativos descritivos de forma complementar para discutir as condições de inclusão escolar e as redes de apoio.

METODOLOGIA

Este artigo apresenta um recorte de uma pesquisa de mestrado de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida na Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro. A investigação original adotou métodos mistos, articulando procedimentos quantitativos e qualitativos para compreender as percepções de familiares e cuidadores

ISSN: 2358-8829

de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) sobre a inclusão escolar. Neste artigo, privilegia-se a análise dos relatos das participantes, utilizando dados quantitativos descritivos de forma complementar.

A produção dos dados ocorreu por meio de um questionário on-line, elaborado no Google Forms, e de uma roda de conversa presencial realizada em São João de Meriti, organizada em cinco encontros. O questionário foi divulgado pelo WhatsApp, mediante amostragem em bola de neve (Vinuto, 2014), e obteve 139 respostas de familiares e cuidadores de pessoas com TEA, com predominância de mães. O instrumento continha questões abertas e fechadas sobre escolarização, apoios educacionais, acesso a serviços e políticas públicas. A questão aberta obrigatória, respondida pelos 139 participantes, abordou as principais dificuldades encontradas na inclusão escolar e social, enquanto 48 participantes registraram comentários adicionais. A roda de conversa possibilitou aprofundar experiências relacionadas à escolarização, ao cuidado, aos direitos e às redes de apoio.

As respostas fechadas receberam tratamento quantitativo descritivo, com organização dos resultados em frequências e percentuais. As respostas abertas e as narrativas da roda de conversa foram examinadas por meio da análise de conteúdo de Bardin (2016), com leitura, identificação de recorrências e organização dos relatos em categorias temáticas. No artigo, os resultados são apresentados em três eixos: escola, família e apoios educacionais; políticas públicas e articulação entre serviços; e redes de apoio e participação das famílias. Esses eixos organizam o recorte dos resultados, sem substituir as categorias construídas na análise original.

Por se tratar de uma amostragem não probabilística, os resultados expressam as experiências e percepções dos participantes alcançados pela pesquisa, não permitindo generalizações estatísticas para todas as famílias de pessoas com TEA da Baixada Fluminense.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob o Parecer nº 7.792.695. A participação ocorreu mediante consentimento, com garantia de sigilo e preservação da identidade das participantes, conforme os procedimentos éticos descritos na dissertação.

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: ESCOLA, FAMÍLIA E REDES DE APOIO

ISSN: 2358-8829

A Educação Especial na perspectiva inclusiva pressupõe condições de acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência. No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) estabelece diretrizes para a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e sua articulação com o ensino comum. Essa perspectiva orienta a discussão sobre os apoios educacionais e as condições necessárias à escolarização dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

A escolarização de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) envolve estratégias pedagógicas, recursos de acessibilidade e apoios definidos conforme suas necessidades educacionais. Barbosa, Fernandes e Orrico (2024) discutem a tecnologia assistiva na mediação da aprendizagem, contribuindo para a reflexão sobre a utilização de recursos e estratégias no ensino inclusivo. A disponibilidade desses recursos precisa estar associada ao planejamento pedagógico e ao acompanhamento da aprendizagem, considerando as condições de participação dos estudantes nas atividades escolares.

A relação entre escola e família constitui outra dimensão desse processo. Aragão (2023) discute a importância da parceria entre professores, familiares e instituições escolares para o desenvolvimento de práticas inclusivas. Omote (2022), por sua vez, contribui para a compreensão das experiências e necessidades das famílias de pessoas com deficiência. Essas perspectivas permitem reconhecer a importância do diálogo e da participação familiar no acompanhamento da escolarização, preservando as responsabilidades pedagógicas das instituições de ensino.

As necessidades das pessoas com TEA e de seus familiares podem envolver serviços de diferentes setores. Balisa et al. (2022), ao investigarem as dificuldades percebidas por cuidadores no acesso aos serviços de saúde, apresentam elementos para compreender os obstáculos encontrados na busca por atendimentos especializados. Essa discussão contribui para examinar a importância da comunicação entre profissionais e da articulação entre educação, saúde e assistência social, respeitadas as atribuições de cada área.

As redes de apoio também integram as experiências das famílias, envolvendo relações de acolhimento, compartilhamento de informações e participação coletiva. Orrico e Fernandes (2024), ao abordarem as experiências de quem cuida, contribuem para reconhecer as necessidades de suporte das próprias pessoas cuidadoras. Essas relações

podem oferecer apoio às famílias, sem substituir os serviços e as responsabilidades das instituições públicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Escola, família e apoios educacionais

Os dados do questionário apresentam diferentes experiências das famílias em relação aos apoios educacionais oferecidos aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Entre os 139 respondentes, 61,2% identificaram a presença de agente de apoio ou mediador nas instituições de ensino, enquanto 20,9% mencionaram professor de apoio. Outros 23% afirmaram desconhecer quais apoios eram disponibilizados pela escola. Esses percentuais identificam os apoios reconhecidos pelos participantes, sem permitir avaliar sua qualidade ou adequação às necessidades dos estudantes.

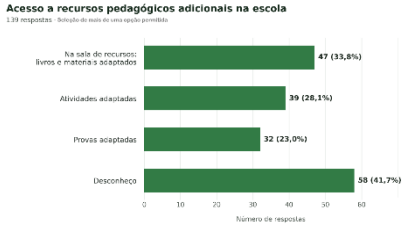
Na roda de conversa, uma participante expressou sua preocupação com o acompanhamento escolar:

"A escola precisa ter uma pessoa exclusiva. É direito. Mas não tem."

A fala revela a importância atribuída ao acompanhamento do estudante e a percepção de que o apoio necessário não estava disponível. Embora a Lei nº 12.764/2012 preveja acompanhante especializado nos casos de comprovada necessidade, essa previsão não corresponde a um direito automático a acompanhamento individual e exclusivo para todas as pessoas com TEA.

As respostas sobre recursos pedagógicos e adaptações curriculares ampliam essa discussão. Conforme o Gráfico 1, 33,8% dos respondentes indicaram a utilização de livros e materiais adaptados na sala de recursos, 28,1% relataram acesso a atividades adaptadas e 23,0% mencionaram provas adaptadas. Entretanto, 41,7% declararam desconhecer a existência de recursos pedagógicos diferenciados disponibilizados aos estudantes.

Gráfico 1 – Frequência de acesso dos estudantes a recursos pedagógicos adicionais e adaptações curriculares



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

O desconhecimento relatado por parte dos respondentes não permite concluir que os recursos estejam ausentes, pois o questionário não investigou as razões dessas respostas. Ainda assim, o resultado suscita questões sobre o conhecimento das famílias acerca das estratégias utilizadas na escolarização dos estudantes.

Nas respostas abertas, foram mencionadas dificuldades relacionadas à insuficiência de profissionais, às mudanças frequentes nas equipes, à acessibilidade e à participação dos estudantes nas atividades escolares. Também apareceram preocupações com adaptações de atividades e avaliações e com a elaboração e utilização do Plano Educacional Individualizado (PEI). Esses relatos indicam que as preocupações das famílias envolvem as condições de participação e aprendizagem, embora a pesquisa também registre experiências positivas de escolarização.

O desconhecimento dos recursos pedagógicos relatado por 41,7% dos respondentes suscita questões sobre como as famílias acompanham e conhecem as estratégias utilizadas na escolarização, aspecto que dialoga com Aragão (2023), ao discutir a parceria entre escola e família na construção de práticas inclusivas. As dificuldades mencionadas nas respostas abertas também podem ser compreendidas à luz de Omote (2022), ao considerar as experiências familiares na identificação das necessidades de apoio. Esses resultados reforçam a importância de examinar as condições de participação dos estudantes e a relação entre escola e família, sem atribuir às famílias responsabilidades que cabem às instituições de ensino.

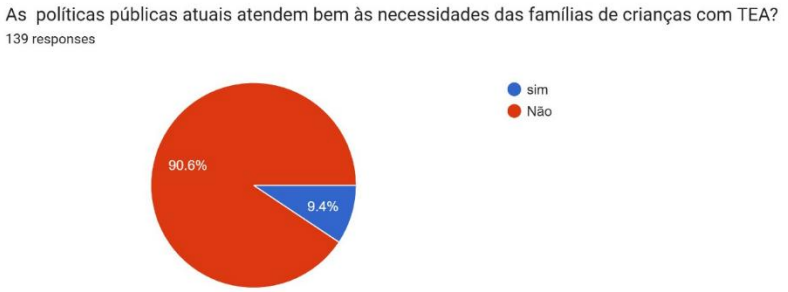
Políticas públicas e articulação entre serviços

Nas respostas abertas do questionário, as famílias relataram dificuldades de acesso a atendimentos de saúde e reabilitação, incluindo acompanhamento psicológico, fonoaudiológico e terapia ocupacional. Também mencionaram a espera por serviços especializados e a necessidade de maior comunicação entre a escola e os profissionais que acompanham as pessoas com TEA. Esses relatos dialogam com Balisa et al. (2022), que investigaram as dificuldades percebidas por cuidadores no acesso aos serviços de saúde. A aproximação entre os estudos permite compreender que os obstáculos relatados pelas famílias ultrapassam o ambiente escolar e envolvem demandas de diferentes setores.

A avaliação dos participantes sobre as políticas públicas reforça essa discussão. Conforme o Gráfico 2, 90,6% dos respondentes consideraram que as políticas públicas

atuais não atendem bem às necessidades das famílias de pessoas com TEA, enquanto 9,4% responderam positivamente.

Gráfico 2 – Avaliação das famílias sobre o atendimento de suas necessidades pelas políticas públicas



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

A predominância de avaliações negativas expressa a insatisfação dos participantes com o atendimento de suas necessidades. Entretanto, esse resultado não constitui uma avaliação individualizada das políticas públicas ou do funcionamento dos serviços nos municípios pesquisados. Na roda de conversa, uma participante expressou essa percepção:

"Inclusão é uma palavra linda, mas só no papel. Funcionar na vida real, não funciona."

A fala evidencia a distância percebida pela participante entre os direitos previstos e as condições encontradas em sua experiência. Essa percepção pode ser discutida à luz da Lei nº 12.764/2012 e da Lei nº 13.146/2015, que estabelecem garantias às pessoas com TEA, sem que a existência dessas normas assegure, por si só, sua efetivação no cotidiano.

As dificuldades de acesso também envolvem o atendimento destinado às próprias pessoas responsáveis pelo cuidado. No questionário, 80,6% dos respondentes informaram não receber atendimento ou suporte destinado a si próprios. Entre as respostas abertas, uma participante relatou: "Não consigo encontrar nenhuma ajuda psicológica nos postos de saúde". Esses resultados dialogam com Orrico e Fernandes (2024), ao abordarem as experiências e necessidades de quem cuida, e evidenciam a importância de considerar as mães/cuidadoras como pessoas que também necessitam de atendimento e suporte. O percentual, entretanto, não permite identificar as razões da ausência de acompanhamento.

Em conjunto, os resultados evidenciam dificuldades percebidas no acesso aos serviços, insatisfação com as políticas públicas e demandas por maior comunicação entre os profissionais envolvidos no acompanhamento das pessoas com TEA. Embora a

pesquisa não tenha avaliado diretamente o funcionamento das redes intersetoriais, os relatos permitem discutir a importância da articulação entre educação, saúde e assistência social, sem transferir às famílias a responsabilidade pela organização desses serviços.

Redes de apoio e participação das famílias

Entre os 139 respondentes do questionário, 75,5% afirmaram não participar de uma rede de apoio, enquanto 24,5% responderam positivamente, conforme apresentado no Gráfico 3. O resultado indica uma baixa participação declarada em redes de apoio, mas não permite concluir que os participantes estivessem isolados ou não recebessem ajuda informal, pois o questionário não investigou quais vínculos eram reconhecidos como redes de apoio.

Gráfico 3 – Participação dos cuidadores em redes de apoio



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Na roda de conversa, as participantes atribuíram importância às relações construídas entre mães/cuidadoras. Uma delas afirmou: “Essa é a nossa maior rede de apoio: as mães se ajudam”. Outra destacou: “Segurar a mão de outra mãe é o que evita a depressão”. As falas expressam o valor atribuído ao acolhimento e à troca de experiências, sem constituir evidência clínica sobre a prevenção da depressão. Esses relatos dialogam com Omote (2022), ao evidenciar a importância de reconhecer as experiências familiares e os conhecimentos construídos no cotidiano do cuidado. Diferentemente do questionário, que registrou a participação declarada em redes, a roda de conversa permitiu compreender os significados atribuídos pelas participantes aos vínculos de apoio.

A participação coletiva também apareceu nas narrativas. Uma participante afirmou: “A gente tem que aparecer para a causa crescer”. A fala expressa a percepção de que a mobilização das famílias pode contribuir para dar visibilidade às demandas relacionadas às pessoas com TEA e à reivindicação de direitos. Essa experiência pode ser analisada à

ISSN: 2358-8829

luz de Orrico e Fernandes (2024), que discutem as exigências relacionadas ao cuidado, permitindo compreender que a busca por apoio e reconhecimento ocorre em meio às responsabilidades assumidas pelas mães/cuidadoras.

As experiências analisadas mostram que a ajuda mútua e a participação coletiva podem representar formas importantes de apoio e mobilização. Entretanto, essas iniciativas não devem ser compreendidas como obrigação das famílias nem como substitutas dos serviços públicos. Para a inclusão escolar, os resultados apontam para a importância de reconhecer as experiências e demandas familiares, mantendo as responsabilidades institucionais pela garantia dos apoios educacionais e dos demais direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências relatadas por familiares e cuidadores de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Baixada Fluminense evidenciam que os desafios da inclusão escolar envolvem diferentes dimensões da relação entre escola, família e serviços públicos. As dificuldades mencionadas pelos participantes indicam que a efetivação dos direitos educacionais depende de condições institucionais que assegurem os apoios necessários à escolarização e favoreçam o acesso das famílias aos serviços e às informações.

No ambiente escolar, os relatos apresentaram preocupações com a oferta de profissionais de apoio, os recursos pedagógicos e o acompanhamento dos estudantes. Também foram identificadas dificuldades de acesso a atendimentos especializados, avaliações predominantemente negativas das políticas públicas e necessidades de suporte às próprias pessoas cuidadoras. A análise desses resultados aponta para a necessidade de maior comunicação entre escola, famílias e serviços de diferentes setores, sem transferir aos responsáveis atribuições que pertencem às instituições.

As narrativas da roda de conversa mostraram que as relações construídas entre mães/cuidadoras podem constituir espaços de acolhimento, troca de experiências e mobilização coletiva. No questionário, entretanto, a maioria dos respondentes declarou não participar de redes de apoio. Esses resultados apresentam diferentes dimensões das experiências de apoio e mostram que as iniciativas de ajuda mútua, embora valorizadas pelas participantes, não substituem a oferta de serviços públicos.

A investigação apresenta limites relacionados à amostragem não probabilística e à análise das percepções dos participantes, não permitindo generalizações estatísticas nem conclusões sobre o funcionamento das instituições e das políticas públicas em toda a região. Sua contribuição consiste em examinar conjuntamente as dificuldades de escolarização, o acesso aos serviços e as formas de apoio relatadas pelas famílias, oferecendo elementos para discutir a articulação entre essas dimensões no processo de inclusão escolar.

Palavras-chave: Inclusão escolar; TEA; Políticas públicas; Rede de apoio.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, A. C. L. Além da sala de aula: parcerias entre professor, família e escola na Educação Inclusiva. Rebena – Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem, v. 7, p. 218-232, 2023.

BALISA, Bárbara Dielly Costa et al. Transtorno do espectro autista: a percepção do cuidador acerca das dificuldades encontradas no acesso aos serviços de saúde. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 15, n. 9, e10857, 2022. DOI: 10.25248/reas.e10857.2022. Disponível em: https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/10857. Acesso em: 25 fev. 2026.

BARBOSA, Sandra Regina; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas; ORRICO, Helio Ferreira. O papel da tecnologia assistiva na mediação da aprendizagem: desafios e perspectivas para a prática do ensino inclusivo. Periferia, Duque de Caxias, v. 16, n. 1, p. 1-19, e80021, 2024. DOI: 10.12957/periferia.2024.80021. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/80021. Acesso em: 1 ago. 2026.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 28 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015.

OMOTE, Sadao. Família e deficiência: caracterização e funcionamento. In: OMOTE, Sadao; CABRAL, Leonardo Santos Amâncio (org.). Família e deficiência. São Carlos: EDESP-UFSCar, 2022. v. 3. p. 136-168.

ISSN: 2358-8829

ORRICO, Hélio Ferreira; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. A dor de quem cuida. In: MACHADO, Willam César Alves; FIGUEIREDO, Nébla María Almeida de; MARTINS, Maria Manuela; REZENDE, Luciana Krauss (Org.). Reabilitação III: a expressão da dor em pessoas com necessidades de cuidados especiais. Curitiba: CRV, 2024. p. 375-403.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. Temáticas, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago./dez. 2014.